



Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins



www.stal.pt

Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt

RESOLUÇÃO

Mais salário, melhor emprego

I

Os resultados das eleições legislativas do passado dia 4 de Outubro de 2015 expressaram a condenação da maioria dos trabalhadores e portugueses em geral pela política arrogante e autoritária do governo de PSD/CDS, que violou consecutivamente a legalidade, afrontando sistematicamente os princípios elementares do regime democrático consagrados na Constituição da República.

Os trabalhadores da Administração Local, através da sua luta firme e consequente, deram um importante contributo para o desgaste e a derrota desse nefasto governo que ao longo dos últimos quatro anos, com o apoio e a conivência do actual Presidente da República, assaltou os salários, os direitos laborais e sociais, a aposentação, os horários de trabalho, atacou os serviços públicos e a autonomia do poder local democrático.

A entrada em funções de um governo do PS, viabilizado pela nova relação de forças políticas existente na Assembleia da República, abriu uma nova fase capaz de responder aos graves problemas dos trabalhadores e encetar um caminho de recuperação de direitos e rendimentos que importa consolidar e alargar.

Neste sentido, o STAL valoriza um conjunto de medidas já aprovadas pela maioria de deputados na Assembleia da República, nomeadamente, a reposição dos quatro feriados roubados, o aumento do salário mínimo nacional para os 530 euros, embora claramente aquém do valor que propomos e defendemos, o fim dos cortes salariais, em 2016, aos trabalhadores da Administração pública e do Sector Empresarial do Estado, a eliminação da sobretaxa do IRS em 2017 e a aplicação das 35 horas para todos os trabalhadores da Administração Pública.

Estas são conquistas pelas quais nos batemos e que invertem o rumo de destruição que vinha sendo seguido. No entanto, como o seu alcance parcial e limitado também confirma, a verdade é que apesar deste novo quadro parlamentar ser mais favorável, não poderemos baixar os braços nem ficar à espera da resolução dos problemas. Deste modo, é indispensável prosseguir com firmeza e empenho o trabalho de reforço da organização e de envolvimento dos trabalhadores na acção reivindicativa com vista a alcançar resultados positivos.

Os tempos que teremos pela frente serão por isso muito exigentes e continuarão a reclamar o melhor de nós em defesa dos direitos, do poder local democrático e dos serviços públicos.

No ano em curso decorrerão importantes acontecimentos para os quais será indispensável o empenhamento do STAL e dos trabalhadores da administração local, desde logo:

- O XIII Congresso da CGTP-IN, a ter lugar nos dias 26 e 27 de Fevereiro, em Almada, e que deve contar, desde já, com um empenhado envolvimento do STAL, na discussão e nas propostas que antecedem este importante acontecimento sindical;
- As comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de Março); do Dia Nacional da Juventude (28 de Março); 40.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa (2 de Abril); 42.º Aniversário da Revolução de 25 de Abril; 130.º Aniversário dos trágicos acontecimentos ocorridos em Chicago, no dia 1 de Maio de 1886 e que estão na origem das comemorações do Dia Internacional do Trabalhador.
- Em 2016, assinalam-se igualmente os 40 anos do Poder Local Democrático eleito, uma das maiores conquistas da democracia saída da Revolução de Abril e um elemento central na sua consolidação e afirmação, contribuindo de forma ímpar para a recuperação do atraso infraestrutural do País promovendo alterações económicas e sociais profundas e marcando o rumo da descentralização democrática do Estado.

II

A Carta Reivindicativa dos trabalhadores da Administração Local, aprovada na Conferência Sindical realizada em Junho de 2015, definiu os eixos e propostas da acção reivindicativa pelos quais nos continuaremos a bater junto do poder político, das autarquias, dos empregadores públicos e privados, em todos os locais de trabalho, **tendo como objectivos a valorização e dignificação dos trabalhadores, a defesa do poder local democrático e de serviços públicos de qualidade para todos.**

É neste quadro que avançaremos, exigindo prioritariamente e no imediato, no plano dos salários e das condições de trabalho:

- Descongelamento do sistema de progressões e discussão de um sistema de carreiras que respeite as funções, responsabilidades e conhecimentos de cada actividade profissional efectivamente desempenhada e a construção de um sistema de avaliação profissional justo.
- Descongelamento dos salários e negociação de aumentos salariais de acordo com as propostas da CGTP e da Frente Comum.
- Combate à precariedade e integração de todos os trabalhadores que, sob falsos contratos e contratos de emprego de inserção, venham desempenhando funções permanentes.
- Regulamentação das carreiras e corpos especiais.
- 35 horas semanais de trabalho para todos e revogação de todas as cláusulas legais que agravam os limites dos tempos de trabalho, adaptabilidades e banco de horas.
- Reposição dos valores e compensações do trabalho suplementar, incluindo o prestado em dias descanso e feriados e outras prestações remuneratórias.
- Regulamentação das condições de trabalho prestado em condições de insalubridade, penosidade e risco e de outros suplementos, caso da isenção de horário, piquete e disponibilidade.
- Promoção e valorização da contratação colectiva, no Sector Empresarial Local, nos Bombeiros das Associações Humanitárias e na Administração Pública.
- Actualização da remuneração complementar nas Regiões Autónomas.
- Revalorização do vínculo público e da estabilidade do emprego.
- Integração nos mapas de pessoal dos municípios dos trabalhadores de empresas e serviços alvo de processos de extinção, preservando os seus direitos.
- Manutenção do regime de trabalho nocturno, a partir das 20h.
- Descongelamento do sistema de progressões e discussão de um sistema de carreiras que respeite as funções, responsabilidades e conhecimentos de cada

actividade profissional efectivamente desempenhada e a construção de um sistema de avaliação profissional justo.

- Rigoroso cumprimento das normas de saúde e segurança no trabalho, exigindo o reforço dos meios para a prevenção e fiscalização e valorização e desburocratização da eleição dos representantes dos trabalhadores.
- Promoção e garantia do acesso à formação profissional.
- Respeito pelo direito à liberdade e actividade sindicais revogando todas as disposições que atentam e restringem este direito fundamental.
- Reposição dos direitos de aposentação.

No plano da defesa da autonomia do poder local e dos serviços públicos de qualidade:

- Respeito pela autonomia política, administrativa e financeira das autarquias locais.
- Reforço do carácter democrático das autarquias e das suas atribuições e competências.
- Criação das Regiões Administrativas.
- Recuperação financeira das autarquias.
- Rejeição dos processos de municipalização de funções sociais na área da saúde e educação, na observância do princípio de responsabilidade do Estado e da igualdade de acesso.
- Defesa do direito à água, dos serviços públicos de água, saneamento e resíduos, exigindo designadamente a reversão da privatização da EGF e do processo de fusões das empresas de águas.
- Uma gestão pública democrática, participada, transparente e orientada para a satisfação das necessidades e aumento do bem-estar das populações.

O STAL reafirma a sua determinação na luta pela construção e concretização de políticas que respondam verdadeiramente aos problemas dos trabalhadores e das populações e por isso exorta e apela a todos os trabalhadores para que se mobilizem e lutem pela construção de uma sociedade de progresso, justiça e solidariedade, por um Portugal com futuro.

Caldas da Rainha, 20 de Janeiro de 2016

A Direcção Nacional do STAL